ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação do Centro Universitário Uniúnica

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÚNICA
UNIÚNICA

CONIÚNICA
Congresso Interdisciplinar Internacional

ANAIS DO CONIÚNICA

Congresso Interdisciplinar Internacional

Grupo de Trabalho: GT 6 e GT 7 – Gestão, Empreendedorismo, Direito, Políticas Públicas e Cidadania

doi.org/10.53426/con.v5i0.006-007

8 a 11 de setembro de 2026

Modalidade híbrida • Ipatinga MG • Brasil

ORGANIZADORES

Ronald Assis Fonseca
Clélio Rodrigo Paiva Rafael
Gessymar Nazare Silva Souza
Juliane Andrade Ferreira

Centro Universitário UniÚnica
www.even3.com.br/coniunica-762379
Revista Conexões • ISSN 2965-0399 • Volume 1

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação do Centro Universitário Uniúnica

Expediente e editorial

Anais do Congresso Interdisciplinar Internacional CONIÚNICA 2026

Revista Conexões | ISSN 2965-0399 | Volume 1 | 2026

Realização: Centro Universitário UniÚnica.

Evento híbrido realizado em Ipatinga, Minas Gerais, de 8 a 11 de setembro de 2026.

Organizadores: Ronald Assis Fonseca; Clélio Rodrigo Paiva Rafael; Gessymar Nazare Silva Souza, Juliane Andrade Ferreira

Contato do evento: coniunica@uniunica.edu.br
Site: www.even3.com.br/coniunica-762379

Editorial

O CONIÚNICA 2026 reuniu pesquisas, experiências de ensino e ações de extensão em treze grupos de trabalho. Realizado pelo Centro Universitário UniÚnica, em modalidade híbrida, o congresso aproximou participantes de diferentes áreas e países por meio de palestras, minicursos e apresentações científicas.

Estes anais registram a produção acadêmica apresentada no evento. Os temas abrangem educação, saúde, meio ambiente, ciências humanas, gestão, direito, tecnologia, engenharias, ciências agrárias, linguagens, extensão e inclusão. A organização por grupos de trabalho permite acompanhar as discussões de cada área e suas relações com os demais campos.

O congresso recebeu 202 submissões e concedeu 22 menções honrosas, sendo 14 para resumos expandidos e oito para resumos simples. Conforme a comunicação oficial da premiação, os trabalhos foram submetidos à avaliação por pares, realizada por dois avaliadores em sistema duplo-cego.

Agradecemos aos autores, avaliadores, coordenadores de grupos de trabalho, palestrantes, ministrantes de minicursos, equipes de apoio e instituições parceiras. O registro desta edição preserva os resultados compartilhados e oferece uma base de consulta para novas pesquisas e atividades acadêmicas.

Comissão Organizadora do CONIÚNICA 2026

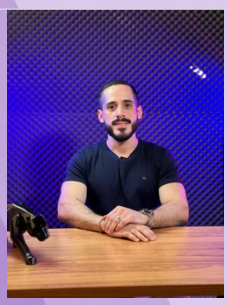
ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação do Centro Universitário Uniúnica

Organização

Organização geral



Ronald Assis Fonseca
ronald.ufv@hotmail.com



Clélio Rodrigo Paiva Rafael
clelio_rodrigo10@hotmail.com



Gessymar Nazare Silva Souza
gessymarcrq@gmail.com

Apoio técnico



Juliane Andrade Ferreira



Gustavo Nicholas Gonçalves Mendes



Letícia Ainoan Nunes de Sousa

Realização

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÚNICA
UNIÚNICA

Centro Universitário UniÚnica

Comissão científica e coordenação

Avaliadores

Clélio Rodrigo Paiva Rafael
Érica Possidônea Pereira
Maria José Ferreira Lopes
Ariele França de Melo
Norlan Leonel Ramos Cruz
Aldenor Batista da Silva Junior
Jonathan Vicente da Silva
Geisa Corrêa Louback
Lucas Barroso Rego
Graciele Ribeiro dos Santos
Jessica Katariny Oliveira da Silva
Luizélia Melo de Souza
Marília Sarmento Bezerra
Renilda Batista Prina Lamon
Vivian Campos
Carla Fontoura Ferreira
Renato Rodrigues da Silva
André Alves Oliveira

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação do Centro Universitário Uniúnica

Josiane Marcia de Castro
Ronald Assis Fonseca
Francisco Fernandes Guião
Lorenna Aracelly Cabral de Oliveira
Djeice Quele Linhares Gonçalves
Maria Aparecida Borges Limeira
Juliana Ferreira de Lima
Murillo da Costa Falcão
Priscila Duarte Salvador
Carolane Dias Xavier
Éder Leonardo do Rego Nascimento
Roberta Assis Fonseca
Geovanna Maria Andrade de Oliveira
Leízer Santiago Cafarate Larroza
Roberta Crhistiane Maltas da Silva
Juliana Gomes da Costa
Leticia Pilger da Silva
Anderson De Jesus
Andréa Suely Alcântara Gomes
Jorginéia Ramos das Chagas
Júlia Frantz Predabon
Sergio Wilson De Araujo
Vanessa da Luz Vieira
Juliane Andrade Ferreira

Coordenadores de grupos de trabalho

Alessandra Junia Lima de Souza Maia
Anelise de Oliveira e Resende
Ariele França de Melo
Clévia Fernanda Sies Barboza
Débora Rith Costa Teixeira
Geisa Corrêa Louback
Gislaine Ferreira Bispo
Henrique Dias Sobral Silva
Henrique Duarte de Oliveira
Jamila Paula Jardim
Josivaldo Emerick da Veiga
Julia Judith Quispe Supo
Juliana Angelo
Juliane Andrade Ferreira
Laysa Lima Liesner
Leízer Santiago Cafarate Larroza
Lorenna Aracelly Cabral de Oliveira
Maria Aparecida Borges Limeira
Maria José Ferreira Lopes
Nathália Quaiatto Félix
Renata de Oliveira Marinho
Sandra Roberta Alves Silva
Sara Santos Dias
Sérgio dos Santos Reis
Shamilla de Oliveira e Silva
Suelen Martins
Vanessa da Luz Vieira
Victor Renan Cafarate Marques

Palestrantes

Claudia Patricia Alvarez Contreras
Daniele Dias
Henrique Dias Sobral Silva
Isabella Carolina Pongelupe Assis
Kriscilla Pedrosa da Silva Coradi
Letícia Ainoan Nunes de Sousa
Lilhan Ferro Barbosa
Mayra Freire Dornelas Caetano
Norlan Leonel Ramos Cruz
Rodrigo Pereira

Professores de minicursos

Anelise de Oliveira e Resende
Bernardo Afonso Nascimento Silva
Cláudia Maria Soares Barbosa
Cristiane Dias Souza Campos
Carla Reis Araújo Andrade
Débora Rith Costa Teixeira
Dion Rodrigues Arcanjo
Júlio Cezar da Silva Costa
Júlio Fontoura de Moraes Júnior
Kelvin Alves Nazare
Lara Soares Aleixo de Carvalho
Leonardo Henrique Chain de Mello
Lívia Rodrigues Pimenta Metzker
Maressa Lívia da Costa

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação do Centro Universitário Uniúnica

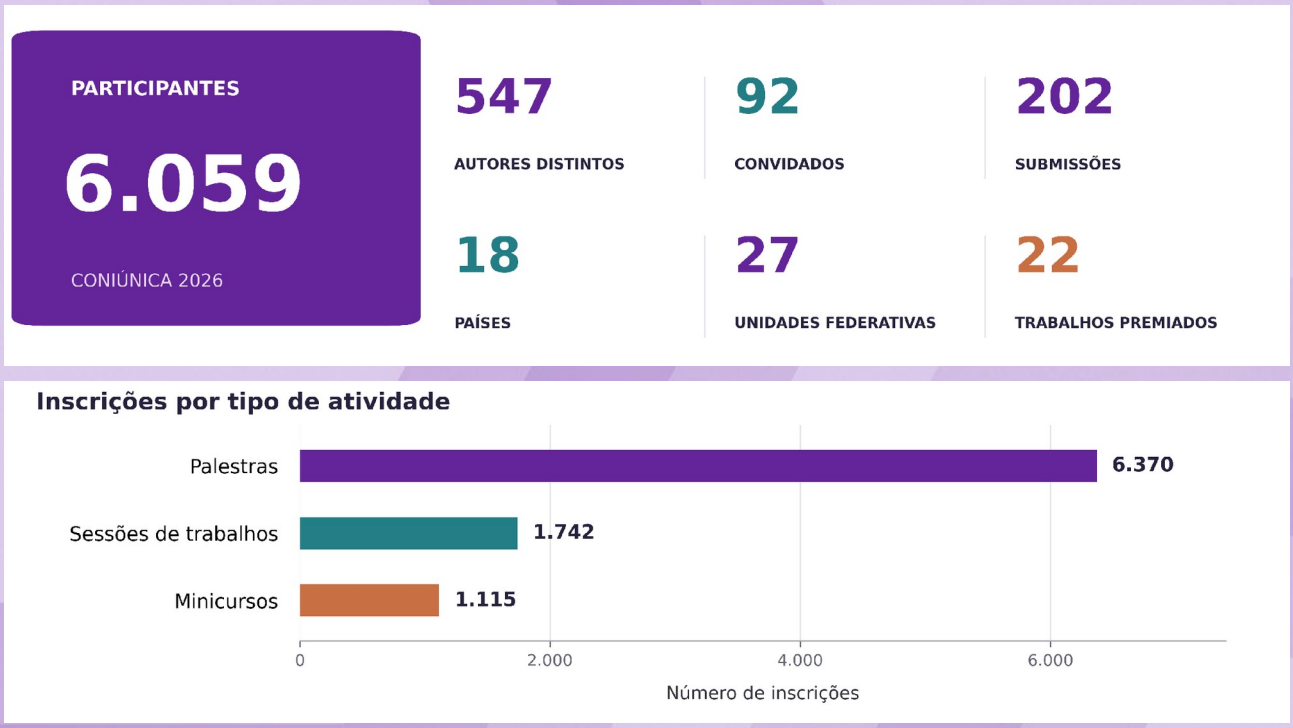
Fabiano Henrique Fonseca Moreira
Filipe Costa Fernandes
Flávia Magalhães Araújo
Fulvia Cristina do Carmo Alves
Gustavo Mello Martins Machado
Isná Figueiredo de Castro Neto
Jadismar Lima de Andrade Pinto
José Geraldo Teixeira

Juliana Elen Vieira da Silva Gonçalves

Maressa Paula Santos de Almeida
Marquione Gomes da Silva
Mayara Ribeiro Jeronimo Fernandes
Mayra Freire Dornelas
Patrick Silva Figueiredo
Rafaela Araújo Guedes
Shamilla de Oliveira e Silva
Vanessa da Luz Vieira
Vaneska Lorrayne de Almeida

CONIÚNICA em números

Participação, alcance territorial e produção científica



13 grupos de trabalho • 56 atividades • 407 avaliações registradas

Dos 6.059 participantes do evento, foram 547 autores distintos, com 755 participações de autoria nas 202 submissões. Os 92 convidados atuaram como palestrantes, ministrantes de minicursos, coordenadores de GT ou avaliadores; pessoas com mais de uma função foram contadas uma única vez.

O gráfico apresenta a soma das inscrições em cada tipo de atividade. Uma mesma pessoa pode estar inscrita em várias atividades. As 22 menções honrosas representam 10,9% das submissões recebidas.

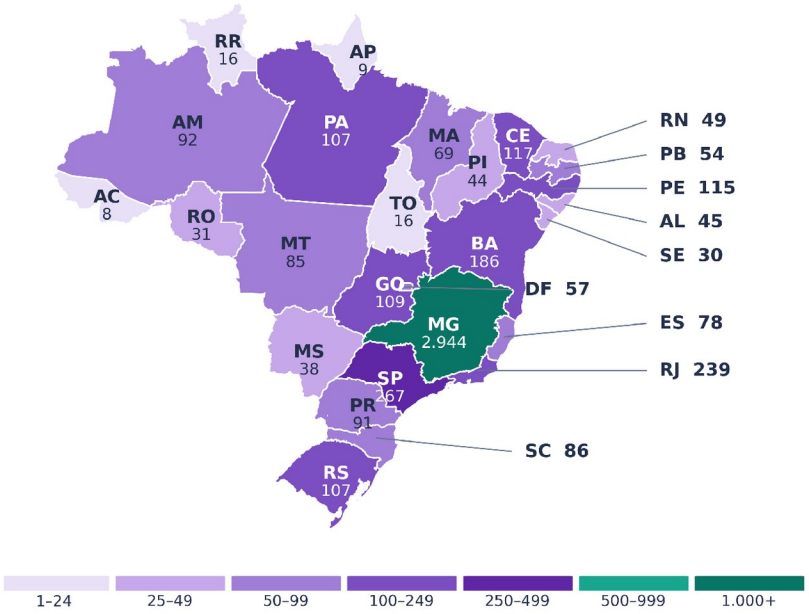
ANAIS
Anais do Congresso Interdisciplinar Internacional – CONIÚNICA
08 a 11 de setembro. Híbrido, Ipatinga – MG
doi.org/10.53426/con.v5i0.006-007

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação do Centro Universitário Uniúnica

Alcance territorial

BRASIL: ALCANCE EM TODOS OS ESTADOS

5.089 cadastros com UF identificada • 27 unidades federativas



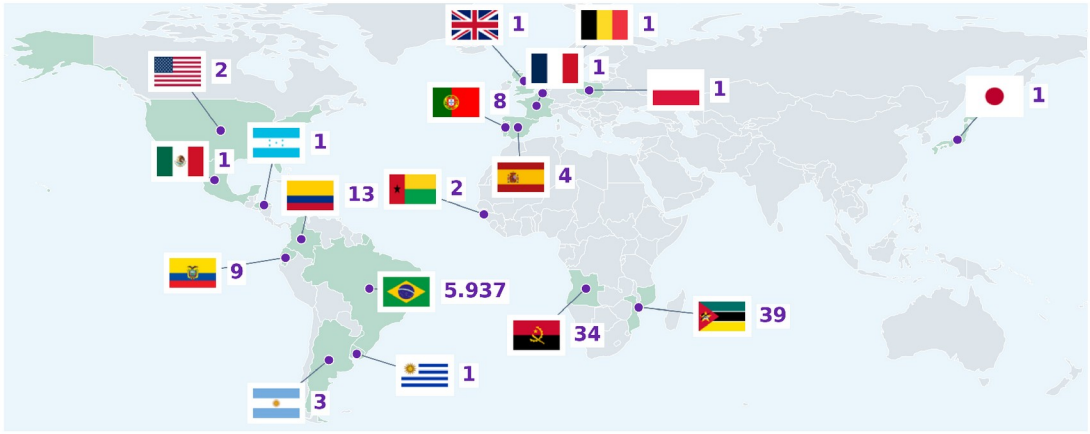
CADASTROS POR UF

MG	2.944
SP	267
RJ	239
BA	186
CE	117
PE	115
GO	109
RS	107
PA	107
AM	92
PR	91
SC	86
MT	85
ES	78
MA	69
DF	57
PB	54
RN	49
AL	45
PI	44
MS	38
RO	31
SE	30
TO	16
RR	16
AP	9
AC	8

Contagem de cadastros, sem normalização populacional. Malha estadual: IBGE.

UM CONGRESSO, 18 PAÍSES

Alcance internacional dos cadastros de inscrição



Brasil	5.937	Moçambique	39	Angola	34
Colômbia	13	Equador	9	Portugal	8
Espanha	4	Argentina	3	Guiné-Bissau	2
Estados Unidos	2	Uruguai	1	México	1
Polônia	1	França	1	Bélgica	1
Honduras	1	Reino Unido	1	Japão	1

País informado no cadastro. Inscrição não comprova presença no evento.

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação do Centro Universitário Uniúnica

Programação Geral

8 de setembro de 2026

19h • Abertura oficial — Integração entre ensino, pesquisa e extensão

9 de setembro de 2026

Palestras

15h • Manejo sustentável do solo e da água

17h • O Profissional da Química no Mercado de Trabalho

17h30 • Mulheres e economia circular

19h • Saúde Única e Saúde Planetária

Minicursos presenciais a partir das 19h10

Asseava, Crea MG e Mútua nas engenharias

ABNT Básico - Fundamentos para Trabalhos Acadêmicos

Avaliação Física Corporal

Direito de família na prática

Diversidade Sexual, Identidade de Gênero e Inclusão

Petições iniciais no procedimento comum cível

Genes, Ritmos e Saúde: A Ciência do Relógio Biológico

Microscopia e diagnóstico de leucemias e linfomas

A Criatividade e os processos criativos

Libras, inclusão e acessibilidade

GeoGebra no cálculo diferencial e integral

QUEM VOCÊ COMUNICA SER?

Atendimento à parada cardiorrespiratória — turma I

Saúde Mental do Trabalhador (TURMA I)

Apresentações on-line de trabalhos

17h • GT 1 — Educação e formação docente — sessão 1

17h • GT 4 — Meio ambiente e sustentabilidade — sessão 1

18h • GT 5 — Sociedade, diversidade e cultura

20h • GT 10 — Ciências agrárias e produção sustentável

10 de setembro de 2026

Palestras

9h30 • Políticas educacionais e desafios da gestão escolar

16h • Legislação da educação a distância

19h • Inteligência artificial e ciência de dados

19h10 • Referências bibliográficas com Mendeley

20h • Experiências de coordenação e atuação no PIBID

Minicursos presenciais a partir das 19h10

Audiologia Clínica

AutoCAD na Prática: Fundamentos para Projetos de Engenharia

Como a Receita Federal pode te pegar?

Engenharia de Prompt para o Uso Efetivo das IAs

Avaliação e manejo ao portador de feridas

Neuromoduladores e planejamento facial

Políticas públicas na prática em Ipanema MG

Primeiros socorros até a chegada do SAMU

Atendimento à parada cardiorrespiratória — turma II

Reflexões e Práticas da Consultoria Empresarial

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação do Centro Universitário Uniúnica

Fundamentos e Prática da Terapia Manual

Geoprocessamento e planejamento territorial

IA para Criação de Agentes

Saúde Mental do Trabalhador (TURMA II)

Toxina Botulínica: Fundamentos Teóricos e Prática Clínica

Patologização da vida e medicalização

Apresentações on-line de trabalhos

17h • GT 9 — Engenharias e infraestrutura

18h • GT 1 — Educação e formação docente — sessão 2

18h • GT 3 — Saúde coletiva e qualidade de vida — sessão 1

18h • GT 4 — Meio ambiente e sustentabilidade — sessão 2

19h • GT 11 — Linguagens, comunicação e artes

20h • GT 3 — Saúde coletiva e qualidade de vida — sessão 2

11 de setembro de 2026

17h • GT 1 Educação e formação docente — sessão 3; GT 3 Saúde coletiva — sessão 3; GTs 6 e 7 Gestão, direito e políticas públicas; GT 13 Inclusão e acessibilidade
18h • GTs 2 e 8 EaD, tecnologias educacionais e inteligência artificial
20h • GT 12 Extensão, internacionalização e ODS

Trabalhos premiados

22 menções honrosas • 14 resumos expandidos e oito resumos simples

As 22 menções honrosas representam 10,9% das 202 submissões recebidas. Os trabalhos foram avaliados em sistema duplo-cego: os avaliadores não conheciam a identidade dos autores nem a de seus pares.

Resumos expandidos

GT 3 — Atividade física no lazer se associa à qualidade de vida relacionada à saúde em universitários

GT 10 — Distribuição de biomassa e comprimento de raízes finas de Pittosporum undulatum VENT. ao longo do perfil do solo

GT 3 — A relação entre atividade física e sintomas emocionais varia conforme o contexto em universitários

GT 3 — Funcionamento percebido se relaciona mais aos sintomas emocionais do que à frequência de atividade física em universitários

GT 4 — Sustentabilidade e impactos ambientais no Sítio Jaqueira Agroecologia: uma avaliação pelo APOIA-NOVORURAL

GT 9 — Avaliação de manifestações patológicas pelos métodos GDE/UNB e MDDC: estudo de caso em duas escolas públicas de São Francisco do Maranhão – MA

GT 10 — OBTENCIÓN DE EXTRACTOS NATURALES DE LA CÁSCARA DEL TOMATE DE ÁRBOL (Solanum betaceum) MEDIANTE TECNOLOGÍAS EMERGENTES DE EXTRACCIÓN

GT 10 — PROPIEDADES TECNOLÓGICAS DEL ALMIDON DE CASCARA DE PLATANO HARTON (Musa paradisiaca)

GT 2 — Além do Pandas e do Colab: Apache Spark, Databricks e Pipeline Medalhão para Big Data escalável — estudo de caso COVID-19

GT 4 — Análise espaço-temporal de focos de queimadas no Pantanal Mato-Grossense (2020 – janeiro de 2026): aplicação do geoprocessamento

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação do Centro Universitário Uniúnica

GT 9 — Modelo multicritério para seleção tecnológica de subestações elétricas baseado no método AHP

GT 10 — PANC como categoria biocultural: evidências de mercados alimentares na China e comparação com o Brasil

GT 9 — Desenvolvimento de um dilatador de rolamentos de baixo custo

GT 1 — Trajetórias divergentes na América Latina: leitura documental do desempenho do Brasil no PISA (2012-2022) a partir do Relatório GEM 2026 da UNESCO

Resumos simples

GT 10 — Divergência genética e identificação de acessos de feijão-caupi promissores para rendimento de grãos e qualidade nutricional

GT 9 — DESARROLLO DE PELÍCULAS ACTIVAS DE METIL HIDROXIETIL CELULOSA (MHEC) CON ACEITES ESENCIALES DE ALBAHACA (Ocinum basilicum) Y ORÉGANO (Origanum vulgare) CON POTENCIAL USO EN ENVASES DE ALIMENTOS

GT 10 — DESARROLLO Y CARACTERIZACIÓN DE OLEOGELES A BASE DE CERA DE ABEJA ESTRUCTURADOS CON ACEITE DE SACHA INCHI: INFLUENCIA DE LA CONCENTRACIÓN DE CERA DE ABEJA SOBRE LAS PROPIEDADES ESTRUCTURALES Y REOLÓGICAS

GT 8 — Aprendizado por transferência com DenseNet121 para classificação de lesões mamárias em imagens de mamografia

GT 3 — Desigualdades geográficas e tendência temporal da mortalidade por diabetes em três estados brasileiros, 2010-2025

GT 8 — Construção e validação de um framework para acesso amigável aos dados do IBGE

GT 10 — Produção de biogás e biofertilizante por meio de um biodigestor alternativo utilizando dejeto de bovinos

GT 10 — Desenvolvimento e caracterização de umi bioplástico à base de amido, gelatina, glicerol e Aloe vera: produção e testes de protótipo de canudo

Instituições parceiras

Cooperação acadêmica e participação institucional

Instituto Politécnico de Setúbal

Instituto Superior Politécnico Sol Nascente

Rede Lusófona de Educação Ambiental

Ordem dos Economistas de Angola

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação do Centro Universitário Uniúnica

Ponto focal Guiné-Bissau

Universidad Autónoma de Guerrero **Apec**

Realização e apoio à divulgação

Centro Universitário UniÚnica • Saber Único

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÚNICA

UNIÚNICA

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação do Centro Universitário Uniúnica

SUMÁRIO

ESTRATÉGIAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: ESTUDO APLICADO NO MUNICÍPIO DE MOÇÂMEDES, ANGOLA.....12

A DIGNIDADE HUMANA NO DESCASO COM EDUCADORES DA REDE PÚBLICA NO BRASIL
.....17

CASO MASTER: INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA JURÍDICA.....20

CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS POLÍTICOS, DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS: LIMITES DOGMÁTICOS E BALIZAS CONSTITUCIONAIS.....24

FEMINICÍDIO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DE CASOS NOTICIADOS PELO PORTAL G1 EM 2025.....28

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, GÊNERO E REAPROVEITAMENTO DE ALIMENTOS: UMA EXPERIÊNCIA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....33

RACISMO E LGBTFOBIA NAS REDES SOCIAIS: OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO DIANTE DO DISCURSO DISCRIMINATÓRIO NO DIREITO BRASILEIRO.....38

RESUMO EXPANDIDO
Anais do Congresso Interdisciplinar Internacional – CONIÚNICA
08 a 11 de setembro. Híbrido, Ipatinga – MG
doi.org/10.53426/con.v5i0.006-007

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

ESTRATÉGIAS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS: ESTUDO APLICADO NO MUNICÍPIO DE MOÇÂMEDES, ANGOLA

STRATEGIES FOR RAISING FINANCIAL RESOURCES FOR SMALL AND MEDIUM-SIZED ENTERPRISES: A STUDY APPLIED IN THE MUNICIPALITY OF MOÇÂMEDES, ANGOLA

ESTRATEGIAS PARA RECAUDAR RECURSOS FINANCIEROS PARA LAS PEQUEÑAS Y MEDIANAS EMPRESAS: UN ESTUDIO APLICADO EN EL MUNICIPIO DE MOÇÂMEDES, ANGOLA

doi.org/10.53426/con.v5i0.006-007

João Baptista Paulo Catumbela, Soraya Alcina Bombo Catumbela

[1] Universidade do Namibe, Moçâmedes-Namibe, comunica@uninbe.ao; [2] Instituto Superior Politécnico do Bengo, gab.apoioprecidencial@ispbengo.com;

Grupo de Trabalho: GT 6 – Gestão e Empreendedorismo

RESUMO

O acesso a recursos financeiros constitui um dos principais entraves ao crescimento das pequenas e médias empresas (PMEs), sobretudo em economias em desenvolvimento, onde a burocracia, as garantias exigidas e as elevadas taxas de juro dificultam o acesso ao crédito formal. Em Moçâmedes, Angola, este cenário compromete a modernização, a expansão e a sustentabilidade das PMEs, tornando pertinente compreender de que forma estas empresas superam tais barreiras. Este estudo teve como objetivo analisar as estratégias de captação de recursos financeiros utilizadas pelas pequenas e médias empresas no município de Moçâmedes. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, combinando pesquisa bibliográfica e estudo de campo, com recolha de dados primários por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas entre maio e julho de 2024 junto a 15 gestores de PMEs certificadas pelo Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Inapem). Os dados foram tratados através da técnica de análise de conteúdo, com codificação em categorias temáticas. Os resultados revelaram que o capital próprio é a principal fonte de financiamento, utilizado por 14 dos 15 gestores entrevistados, evidenciando a preferência das empresas pela manutenção da autonomia financeira. Entre as dificuldades mais citadas destacam-se a burocracia excessiva e a insuficiência de garantias, ambas referidas por 8 dos 15 participantes, seguidas das altas taxas de juro e da pouca flexibilidade das instituições financeiras. Para contornar estas barreiras, as empresas recorrem sobretudo ao uso de recursos próprios (bootstrapping), à elaboração de planos de negócio e estudos de viabilidade, ao estabelecimento de parcerias com instituições financeiras, à participação em programas governamentais de apoio e à diversificação das fontes de financiamento. A adoção destas estratégias mostrou-se eficaz, traduzindo-se em modernização, aumento da capacidade produtiva e expansão dos negócios. Conclui-se que não existe

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

uma solução única para o financiamento das PMEs, mas sim uma combinação de recursos próprios, instrumentos públicos e relações mais sólidas com o sistema financeiro. Recomenda-se a simplificação dos processos burocráticos de acesso ao crédito, a maior divulgação dos programas governamentais de apoio e a capacitação dos empreendedores em gestão financeira, de modo a reforçar a competitividade e a sustentabilidade das pequenas e médias empresas angolanas.
Palavras-chave: Estratégias; Captação de Recursos Financeiros; Financiamento; Pequenas e Médias Empresas; Angola.

INTRODUÇÃO

As pequenas e médias empresas (PMEs) desempenham um papel central no desenvolvimento económico, sendo reconhecidas como motores de emprego, inovação e diversificação produtiva em economias em desenvolvimento. Em Moçâmedes, província do Namibe, Angola, as PMEs têm contribuído de forma significativa para a dinamização da economia local, promovendo a geração de emprego e o fortalecimento do tecido empresarial.

Não obstante a sua relevância, o acesso limitado a recursos financeiros constitui um dos principais obstáculos ao crescimento e à consolidação destas empresas. A literatura indica que as PMEs enfrentam dificuldades superiores às das grandes empresas no acesso ao financiamento, o que compromete a exploração do seu potencial de crescimento e inovação (Mateev et al., 2013). Em Angola, esta realidade é enquadrada pela Lei n.º 30/11, de 13 de setembro de 2011 – Lei das Micro, Pequenas e Médias Empresas, que classifica as PMEs com base no número de funcionários e no volume de faturação anual.

O problema de pesquisa que orienta este trabalho formula-se da seguinte forma: de que modo as pequenas e médias empresas do município de Moçâmedes captam recursos financeiros e que estratégias adotam para superar as barreiras de acesso ao crédito formal? Este objeto de estudo justifica-se pela escassez de investigação empírica sobre financiamento de PMEs em contextos angolanos, sobretudo fora dos grandes centros urbanos, e pela relevância prática do tema para gestores, decisores políticos e instituições de apoio ao empresariado.

O objetivo geral deste trabalho é analisar as estratégias de captação de recursos financeiros utilizadas pelas pequenas e médias empresas no município de Moçâmedes. De forma específica, procura-se identificar as principais fontes de financiamento utilizadas, caracterizar as dificuldades enfrentadas no acesso ao crédito formal e avaliar o impacto das estratégias adotadas na concretização dos objetivos de modernização, expansão e sustentabilidade das empresas.

Estudos anteriores sobre financiamento de PMEs, tanto em contextos europeus (Alcarva, 2011; Tavares et al., 2015) como africanos (Savitaca, 2018; Ceita, 2021), evidenciam um padrão recorrente: a preferência das empresas pelo autofinanciamento, associada a barreiras estruturais de acesso ao crédito bancário, como burocracia excessiva e exigência de garantias (Bădulescu, 2010; OECD, 2015). Este trabalho procura verificar em que medida este padrão se replica no contexto de Moçâmedes, contribuindo para o debate sobre financiamento empresarial em economias em desenvolvimento.

METODOLOGIA

A pesquisa enquadra-se no grupo das pesquisas aplicadas, de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, combinando pesquisa bibliográfica e estudo de campo (Prodanov; Freitas, 2013; Gil, 2002).

A recolha de dados primários decorreu entre maio e julho de 2024, através de entrevistas semiestruturadas aplicadas a 15 gestores de pequenas e médias empresas sediadas no município de

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

Moçâmedes e certificadas pelo Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Inapem). A seleção dos participantes foi intencional, considerando critérios que garantissem a relevância e a validade das informações recolhidas, tendo sido excluídas empresas que não se enquadram na categoria de PMEs, conforme a Lei n.º 30/11.

A análise dos dados foi conduzida através da técnica de análise de conteúdo (Guerra, 2014), com codificação manual das entrevistas em categorias temáticas definidas a partir da fundamentação teórica: fontes de financiamento, dificuldades/obstáculos, estratégias de captação de recursos e impacto das estratégias no alcance dos objetivos das empresas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados estão organizados em quatro categorias: fontes de financiamento, dificuldades enfrentadas, estratégias de captação e impacto dessas estratégias nos objetivos das empresas.

Os dados indicam que a maioria das PMEs de Moçâmedes recorre principalmente ao capital próprio, evidenciando a preferência das empresas pela manutenção da autonomia financeira. Este resultado confirma o argumento de Alcarva (2011), segundo o qual o financiamento interno constitui a fonte primordial de uma empresa, por não representar custos de financiamento nem perda de autonomia. O recurso ao crédito bancário permanece reduzido, devido às exigências rigorosas e à burocracia associada (Mateev et al., 2013; Bădulescu, 2010). Ver tabela 1.

Tabela 1 – Fontes de financiamento utilizadas pelas empresas

Categorias	Frequência
Capital próprio	14/15
Crédito bancário	7/15
Financiamento governamental	4/15

Fonte: Dados da pesquisa.

As principais dificuldades identificadas foram a burocracia excessiva e a insuficiência de garantias, seguidas das altas taxas de juro e da pouca flexibilidade das instituições financeiras. Estas barreiras impactam o desenvolvimento sustentável das PMEs e agravam a sua exclusão financeira, sobretudo perante a fragilidade das políticas públicas de apoio (Rocha, 2020). Ver tabela 2.

Tabela 2 – Dificuldades enfrentadas no acesso ao financiamento

Categorias	Frequência
Burocracia	8/15
Garantias	8/15
Altas taxas de juros	5/15
Pouca flexibilidade	4/15

Fonte: Dados da pesquisa.

Para contrapor estas barreiras, as empresas adotam estratégias como o uso de recursos próprios (bootstrapping), a elaboração de planos de negócio e estudos de viabilidade, o estabelecimento de parcerias com instituições financeiras, a participação em programas governamentais e a diversificação das fontes de financiamento. Estas abordagens alinham-se com as recomendações de Melo e Leitão (2007) sobre a importância do planeamento detalhado e da construção de relacionamentos de longo prazo, e com a noção de bootstrapping como via de crescimento sem dívida adicional (Harrison; Mason, 2004). Ver tabela 3.

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

Tabela 3 – Estratégias utilizadas para captação de recursos

Categorias	Frequência
Recursos próprios	8/15
Plano de negócios e estudo de viabilidade	7/15
Parcerias com instituições financeiras	3/15
Programas governamentais	3/15
Diversificação das fontes	2/15

Fonte: Dados da pesquisa.

A adoção destas estratégias mostrou-se eficaz: as empresas reportaram modernização, aumento da capacidade produtiva e expansão dos negócios, resultado coerente com Gonçalves et al. (2018), que destacam a diversidade de recursos que as PMEs procuram para ampliar a sua atividade. As múltiplas barreiras enfrentadas confirmam ainda a análise de Abreu et al. (2012) sobre a assimetria de informação que dificulta a relação entre PMEs e financiadores. Ver tabela 4.

Tabela 4 – Eficácia das estratégias de captação de recursos financeiros

Categorias	Frequência
Modernização	9/15
Aumento da capacidade produtiva	8/15
Expansão	4/15

Fonte: Dados da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar as estratégias de captação de recursos financeiros utilizadas pelas pequenas e médias empresas no município de Moçâmedes, Angola. Os resultados mostram que a maior parte das PMEs depende fortemente do financiamento interno, especialmente do capital próprio e do autofinanciamento, devido às barreiras enfrentadas junto das fontes tradicionais de crédito. Conclui-se que não existe uma solução única para o financiamento das PMEs, mas antes uma combinação de recursos próprios, instrumentos públicos e relações mais sólidas com o sistema financeiro.

Como limitação, destaca-se a natureza qualitativa do estudo, circunscrita a 15 gestores de Moçâmedes. Sugere-se, como continuidade, ampliar a investigação a outras províncias e comparar setores de atividade.

REFERÊNCIAS

ABREU, M.; AFONSO, A.; ESCÁRIA, V.; FERREIRA, C. **Economia Monetária e Financeira**. 2. ed. [S. l.]: Escolar Editora, 2012.

ALCARVA, P. **A banca e as PME – como gerir com eficácia o relacionamento entre as PME e a banca**. Vida Económica, 2011.

ALVES, M. **Como Escrever Teses e Monografias: um roteiro passo a passo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

AMARAL, Renata Rocha; RAFAEL, Clélio Rodrigo Paiva; FONSECA, Ronald Assis; SOUZA, Gessymar Nazaré Silva; MOREIRA, Bárbara Sampaio Lage; RESENDE, Elionay Loren; PEREIRA, Márcia Meryllis Alves; CAMPOS, Vivian. Planejamento, logística e aceitação social na implantação de biodigestores em comunidades rurais. **ARACÊ**, v. 7, n. 9, e8564, 2025. DOI: 10.56238/arev7n9-306.

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

ANGOLA. **Lei n.º 30/11, de 13 de setembro de 2011 – Lei das Micros, Pequenas e Médias Empresas**. Angola: Ministério das Finanças de Angola, 2011.

BĂDULESCU, D. SMEs Financing: the Extent of Need and the Responses of Different Credit Structures. **Theoretical and Applied Economics**, v. XVII, n. 7 (548), p. 25-36, 2010.

CEITA, E. J. A. R. de. **As Pequenas e Médias Empresas (PMEs) em São Tomé e Príncipe: Perfil, Problemas e Desafios**. 2021. Dissertação (Mestrado em Economia e Gestão Aplicadas) – Universidade de Évora, Évora, Portugal, 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, B. C.; MACEDO, C. S.; BERGAMINI, J. L. O. Fontes de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas e Subaproveitamento dos Recursos via BNDES. **Revista Executive On-Line**, Bebedouro SP, v. 3, n. 1, p. 103-118, 2018.

GUERRA, I. L. A. **Manual Pesquisa Qualitativa**. São Paulo: Grupo Ănima Educação, 2014.

HARRISON, Richard T.; MASON, Colin M.; GIRLING, Paul. Financial bootstrapping and venture development in the software industry. **Entrepreneurship & Regional Development**, v. 16, n. 4, p. 307–333, 2004. DOI: 10.1080/0898562042000263276.

MATEEV, Miroslav; POUTZIOURIS, Panikkos; IVANOV, Konstantin. On the determinants of SME capital structure in Central and Eastern Europe: a dynamic panel analysis. **Research in International Business and Finance**, v. 27, n. 1, p. 28–51, 2013. DOI: 10.1016/j.ribaf.2012.05.002.

MELO, Herbart dos Santos; LEITÃO, Leonardo Costa (org.). **Captação de recursos: coletânea de instituições nacionais e internacionais com linhas de financiamento para elaboração de projetos**. Fortaleza: SEBRAE/CE, 2007.

OECD. **New Approaches to SME and Entrepreneurship Financing: Broadening the Range of Instruments**. Paris: OECD Publishing, 2015. DOI: 10.1787/9789264240957-en.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Nova Hamburgo, RS: FEEVALE, 2013.

ROCHA, S. R. **Barreiras/dificuldades de financiamento no caso das PME Portuguesas**. 2020. Dissertação (Mestre em Gestão) – Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal, 2020.

SAVITACA, B. C. **Financiamento das Micro, Pequenas e Médias Empresas: Uma Análise às Empresas da Província do Huambo em Angola**. 2018. Dissertação (Mestrado em Contabilidade e Finanças) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2018.

TAVARES, F. O.; PACHECO, L.; ALMEIDA, E. F. Financiamento das pequenas e médias empresas: Análise das empresas do distrito do Porto em Portugal. **Revista de Administração**, v. 50, n. 2, p. 254-267, 2015.

RESUMO SIMPLES
Anais do Congresso Interdisciplinar Internacional – CONIÚNICA
08 a 11 de setembro. Híbrido, Ipatinga – MG
doi.org/10.53426/con.v5i0.006-007

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

A DIGNIDADE HUMANA NO DESCASO COM EDUCADORES DA REDE PÚBLICA NO BRASIL

HUMAN DIGNITY AND THE NEGLECT OF PUBLIC SCHOOL EDUCATORS IN BRAZIL

LA DIGNIDAD HUMANA ANTE EL DESAMPARO DE LOS EDUCADORES DE LA RED PÚBLICA EN BRASIL

doi.org/10.53426/con.v5i0.006-007

[Gessymar Nazare Silva Souza] [1]; [Gabrielly Granato Assis Fonseca][2]; [Karen Hevelyn de Oliveira Ramos][3]; [Lorena Ágata Cordeiro Martins][4]

[1] [Centro Universitário Única, Ipatinga-MG, gessymarcrq@gmail.com]; [2] [Centro Universitário Única, Coronel Fabriciano-MG, gabigranato123456@gmail.com]; [3] [Centro Universitário Única, São José do Goiabal-MG, karenhevelynoliveira15@gmail.com]; [4] [Centro Universitário Única, Ipaba-MG, lorenaacmartins@gmail.com]

Grupo de Trabalho: GT 7 – Direito, Políticas Públicas e Cidadania

RESUMO

Este artigo tem como objetivo realizar uma análise crítica acerca da forma como os educadores da rede pública vêm sendo tratados por alunos, responsáveis e pela própria sociedade em seus ambientes de trabalho. Adotou-se pesquisa bibliográfica e documental, qualitativa e descritivo-analítica, com análise de legislação, estatísticas, reportagens e estudos sobre valorização e proteção dos profissionais da educação. O corpus inclui “Violência contra professores da rede pública e esgotamento profissional” (Simões; Cardoso, 2022), “Invasão multiforme da vida pelo trabalho entre professores de educação básica e repercussões sobre a saúde” (Silva; Fischer, 2020), a reportagem da CNTE (2023) sobre desvalorização e pressão cotidiana, as normas e os dados identificados a seguir e a reportagem de Lopes e Maia (CNN Brasil, 2025) sobre agressão a um professor no Distrito Federal. À luz do princípio da dignidade da pessoa humana, previsto no art. 1º, III, da Constituição Federal, examinam-se os relatos de desvalorização, desrespeito e condições precárias de trabalho apresentados pela CNTE (2023), em diálogo com os estudos sobre saúde docente. A reportagem do G1/GloboNews de Arcoverde et al. (2017), republicada pela APEOESP, registra aumento de 25.849 para 50.046 afastamentos por transtornos mentais ou comportamentais na rede estadual paulista entre 2015 e 2016. As reportagens consultadas documentam agressões físicas, ameaças e ofensas contra docentes, praticadas por alunos e responsáveis, enquanto Simões e Cardoso (2022) identificam associação entre violência e esgotamento profissional em professores da rede pública. Os depoimentos reproduzidos por Arcoverde et al. (2017) relatam medo e sofrimento após agressões e ameaças. Silva e Fischer (2020), por sua vez, discutem as repercussões das demandas do trabalho docente na saúde e na vida pessoal. Destaca-se também que a Constituição Federal, no art. 206, V, prevê a valorização dos profissionais da educação escolar, e a LDB, nos arts. 12, IX e X, e 67, VI, estabelece deveres de prevenção da violência, promoção da cultura de paz e garantia de condições adequadas de trabalho. Conclui-se pela necessidade de implementar ações mais efetivas de proteção, valorização profissional, conscientização social e fortalecimento das políticas públicas, visando assegurar o

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

respeito, a dignidade, a segurança e o reconhecimento do papel fundamental desempenhado pelos educadores na formação de cidadãos críticos e no desenvolvimento da sociedade brasileira.
Palavras-chave: Dignidade humana; Educadores; Rede pública; Violência escolar; Valorização profissional.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradecemos a Deus por conceder força e perseverança ao longo desta jornada acadêmica e à senhora Edilene Dias Cordeiro, professora de Ensino Médio e EJA aposentada, que nos proporcionou uma visão para a tomada de decisão para escrever este tema. Foi por meio dela e de muitos outros educadores que pudemos compreender a realidade vivenciada em diversas instituições públicas de ensino. Em especial, às nossas famílias, pelo suporte incondicional, e às nossas colegas de curso, pelo companheirismo e pela troca de aprendizados ao longo desta jornada. Por fim, a todas as pessoas que, direta ou indiretamente, colaboraram para a concretização desta pesquisa.

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, Leo; FRANCO, Elis; GALVÃO, Danielle; PRADO, Gabriel. Número de professores afastados por transtornos em SP quase dobra em 2016 e vai a 50 mil. **G1/GloboNews**, São Paulo, 21 nov. 2017. Republicado pela APEOESP em 22 nov. 2017. Disponível em: https://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2017/numero-de-professores-afastados-por-transtornos-em-sp-quase-dobra-em-2016-e-vai-a-50-mil/. Acesso em: 2 jul. 2026.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 jul. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 2 jul. 2026.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. **Falta de valorização, de reconhecimento e pressão cotidiana tornam professor/a profissão de risco**. Brasília, DF: CNTE, 4 maio 2023. Disponível em: https://cnte.org.br/noticias/falta-de-valorizacao-de-reconhecimento-e-pressao-cotidiana-tornam-professora-profissao-de-risco-3987. Acesso em: 2 jul. 2026.

LOPES, Bruna; MAIA, Elijonas. Pai de aluna agride professor após ele repreender uso de celular em sala. **CNN Brasil**, [S. l.], 21 out. 2025. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/centro-oeste/df/pai-de-aluna-agride-professor-apos-ele-repreender-uso-de-celular-em-sala/. Acesso em: 2 jul. 2026.

SILVA, Jefferson Peixoto da; FISCHER, Frida Marina. Invasão multiforme da vida pelo trabalho entre professores de educação básica e repercussões sobre a saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 54, art. 3, 2020. DOI: 10.11606/s1518-8787.2020054001547. Disponível em: https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2020054001547. Acesso em: 2 jul. 2026.

SIMÕES, Elaine Cristina; CARDOSO, Maria Regina Alves. Violência contra professores da rede pública e esgotamento profissional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 1039–1048, mar. 2022. DOI: 10.1590/1413-81232022273.28912020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232022273.28912020. Acesso em: 2 jul. 2026.

RESUMO EXPANDIDO
Anais do Congresso Interdisciplinar Internacional – CONIÚNICA
08 a 11 de setembro. Híbrido, Ipatinga – MG
doi.org/10.53426/con.v5i0.006-007

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

CASO MASTER: INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA JURÍDICA

THE MASTER CASE: INVESTIGATION AND LEGAL CERTAINTY

EL CASO MASTER: INVESTIGACIÓN Y SEGURIDAD JURÍDICA

doi.org/10.53426/con.v5i0.006-007

Paulo César de Souza[1]

Grupo de Trabalho: GT 7 – Direito, Políticas Públicas e Cidadania

RESUMO

A pesquisa examina o Caso Master sob perspectiva jurídico-institucional, considerando a liquidação do Banco Master, investigações relacionadas a Daniel Vorcaro e referências públicas envolvendo atores do sistema de Justiça. Busca compreender os impactos de investigações de elevada repercussão sobre segurança jurídica, imparcialidade e legitimidade institucional. Mediante abordagem qualitativa, bibliográfica, documental e jurídico-dogmática, analisam-se documentos oficiais e literatura especializada. Os resultados demonstram que mensagens, documentos, metadados, contatos e relações profissionais não comprovam, isoladamente, responsabilidade jurídica. Conclui-se que legalidade, independência investigativa, imparcialidade, transparência, fundamentação, devido processo legal e garantias fundamentais são indispensáveis à segurança jurídica e à legítima atuação institucional.

Palavras-chave: Banco Master; investigação; segurança jurídica; instituições; Estado Democrático de Direito.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa examina o Caso Master sob perspectiva jurídico-institucional, considerando a liquidação extrajudicial do Banco Master, as investigações relacionadas a Daniel Vorcaro, as referências públicas envolvendo o ministro Alexandre de Moraes e a atuação do Banco Central do Brasil, do Supremo Tribunal Federal, da Polícia Federal e do Ministério Público Federal. O problema consiste em compreender como investigações de elevada repercussão econômica, política e midiática tensionam exigências de segurança jurídica, previsibilidade, imparcialidade institucional e respeito às garantias fundamentais. O objetivo é analisar os limites entre investigação estatal, responsabilização jurídica, transparência institucional e preservação do devido processo legal. Adota-se abordagem qualitativa, bibliográfica, documental e jurídico-dogmática, com análise de literatura especializada, atos oficiais, comunicações institucionais e informações públicas selecionadas segundo critérios de pertinência temática, origem identificável e disponibilidade pública. A fundamentação considera que o Direito integra sistema social mais amplo, conforme Nader (2008, p. 31), e que a legitimidade democrática pressupõe articulação entre autonomia pública e privada, segundo Fernandes (2011, p. 105). Nesse contexto, a segurança jurídica é tomada como parâmetro jurídico-institucional associado à estabilidade, previsibilidade e coerência da atuação estatal, sem

1 Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte-MG, e-mail: paulo12tce.ufmg@gmail.com

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

afastar a necessidade de investigação efetiva e responsabilização quando presentes elementos juridicamente suficientes. A análise concentra-se, portanto, na forma pela qual legalidade, prova válida, fundamentação e garantias processuais contribuem para compatibilizar eficiência investigativa e proteção contra decisões arbitrárias ou antecipações indevidas de responsabilidade.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, bibliográfica, documental e jurídico-dogmática. A investigação bibliográfica utiliza obras relacionadas à teoria do Direito, Direito Constitucional, pensamento político, instituições republicanas, investigação criminal, segurança jurídica e apoio público às instituições judiciais, especialmente Nader (2008, p. 31), Fernandes (2011, p. 105), Cabral (2016, p. 19), Silveira Neto (1978, p. 58), Garcia (2017, p. 59), Souza (2026, p. 340), Oliveira, Cunha e Ramos (2024), Boston et al. (2023) e Barbabela (2025). O corpus documental foi delimitado por três critérios: origem institucional ou fonte pública identificável; relação direta com os fatos e controvérsias analisados; e disponibilidade pública até 2 de setembro de 2026, data-limite da coleta. Entre os documentos oficiais considerados estão a nota do Banco Central do Brasil de 18 de novembro de 2025, que comunicou a liquidação extrajudicial de instituições do Conglomerado Master; o Ato do Presidente do Banco Central nº 1.369, de 18 de novembro de 2025, que decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master S.A.; o Comunicado BCB nº 44.234, da mesma data; e comunicações institucionais publicamente disponibilizadas sobre fases da Operação Compliance Zero. Também foram examinadas informações públicas necessárias à reconstrução contextual das controvérsias envolvendo o STF, a Polícia Federal e o Ministério Público Federal. Tais materiais são utilizados para estabelecer cronologia, identificar atos institucionais e delimitar controvérsias públicas, não como prova autônoma de responsabilidade individual. O procedimento analítico diferencia fato documentado, indício investigativo, informação publicamente divulgada e conclusão juridicamente comprovada. A abordagem jurídico-dogmática examina esses elementos à luz da legalidade, segurança jurídica, devido processo legal, contraditório, ampla defesa, presunção de inocência, imparcialidade e fundamentação das decisões. A segurança jurídica é operacionalizada, para os fins deste trabalho, como parâmetro de previsibilidade, estabilidade, coerência decisória e proteção contra imputações não sustentadas por prova juridicamente válida. Por se tratar de pesquisa documental, não foram aplicados questionários, entrevistas ou instrumentos destinados a medir confiança ou percepção social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental indica que o Caso Master ultrapassou a dimensão econômico-financeira, adquirindo relevância institucional diante da atuação de órgãos de regulação, investigação e jurisdição e da elevada exposição pública. Nesse contexto, a segurança jurídica exige previsibilidade, coerência e fundamentação da atuação estatal. A Polícia Federal desempenha papel relevante na apuração de infrações federais, conforme Garcia (2017, p. 59). Documentos, mensagens, metadados, contatos profissionais e relações econômicas podem contribuir para a investigação, mas não comprovam, isoladamente, responsabilidade jurídica. Conforme Souza (2026, p. 340), o caso evidencia a interação entre crise financeira, investigação estatal e governança judicial. Suspeitas, indícios e provas devem ser avaliados segundo sua força probatória, com individualização das condutas e observância do devido processo legal. Oliveira, Cunha e Ramos (2024), Boston et al. (2023) e Barbabela (2025) demonstram que controvérsias judiciais podem repercutir sobre avaliações institucionais. Conclui-se que legalidade, independência investigativa, imparcialidade, transparência, fundamentação e

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

garantias processuais são indispensáveis, tornando investigação efetiva e segurança jurídica dimensões complementares do Estado Democrático de Direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa examinou o Caso Master sob perspectiva jurídico-institucional, distinguindo fatos documentados, indícios investigativos, informações publicamente divulgadas e conclusões juridicamente comprovadas. A análise demonstrou que o episódio ultrapassou a dimensão econômico-financeira, envolvendo regulação, investigação estatal, governança judicial e exposição pública. Nesse contexto, a segurança jurídica exige previsibilidade, coerência, fundamentação e aplicação impessoal das normas. Mensagens, documentos, metadados, contatos ou relações profissionais podem contribuir para a investigação, mas não comprovam, isoladamente, responsabilidade jurídica, que depende da individualização da conduta e de prova constitucionalmente válida. Os resultados indicam que independência investigativa, transparência, imparcialidade, devido processo legal e respeito às garantias fundamentais são essenciais à atuação estatal legítima. Conclui-se que investigação efetiva e segurança jurídica são dimensões complementares do Estado Democrático de Direito. A contribuição do trabalho consiste em demonstrar que a resposta institucional adequada exige eficiência investigativa e rigor jurídico, assegurando responsabilização quando comprovada e proteção contra imputações juridicamente insuficientes.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Ato do Presidente nº 1.369, de 18 de novembro de 2025. Decreta a liquidação extrajudicial do Banco Master S.A. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2025. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?numero=1369&tipo=Ato+do+Presidente. Acesso em: 1 out. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Banco Central decreta liquidação extrajudicial do Banco Master. Brasília, DF, 18 nov. 2025. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/20936/nota. Acesso em: 2 set. 2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Comunicado nº 44.234, de 18 de novembro de 2025. Comunica a liquidação extrajudicial do Banco Master S.A. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2025. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?numero=44234&tipo=Comunicado. Acesso em: 1 out. 2026.

BARBABELA, Letícia. Judicial inconsistency and citizen anti-corruption demobilization: evidence from Brazil. **Government and Opposition**, v. 60, n. 1, p. 168-187, 2025. DOI: 10.1017/gov.2023.36.

BOSTON, Joshua; KASSOW, Benjamin J.; MASOOD, Ali S.; MILLER, David R. Your Honor’s misdeeds: the consequences of judicial scandal on specific and diffuse support. **PS: Political Science & Politics**, v. 56, n. 2, p. 195-200, 2023. DOI: 10.1017/S104909652200138X.

CABRAL, Gustavo César Machado. Pensamento político brasileiro: roteiro e proposta de trabalho. In: CABRAL, Gustavo César Machado; DINIZ, Márcio Augusto de Vasconcelos (orgs.). **História do Direito e do pensamento político brasileiro: debates e perspectivas**. Fortaleza: Edições UFC, 2016. p. 15-52.

FERNANDES, Bernardo Gonçalves. **Direito Constitucional e Democracia: entre a globalização e o risco**. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

GARCIA, Flúvio Cardinelle. **Inquérito policial: uma visão panorâmica**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2017. 298 p.

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

NADER, Paulo. **Introdução ao estudo do direito**. 30. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

OLIVEIRA, Fabiana Luci; CUNHA, Luciana Gross; RAMOS, Luciana de Oliveira. Medindo o apoio público ao Supremo Tribunal Federal: confiança e legitimidade institucional. **Opinião Pública**, Campinas, v. 30, e30111, 2024. DOI: 10.1590/1807-0191202430111.

POLÍCIA FEDERAL. Polícia Federal deflagra segunda fase da Operação Compliance Zero. Brasília, DF, 14 jan. 2026. Disponível em: https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2026/01/policia-federal-deflagra-segunda-fase-da-operacao-compliance-zero. Acesso em: 2 set. 2026.

SILVEIRA NETO, Honório. **Instituições republicanas mineiras**. Belo Horizonte: Editora LEMI/FDUFMG, 1978.

SOUZA, Paulo César de. Caso Master: tabuleiro político-jurídico e a crise institucional no âmbito do Supremo Tribunal Federal. In: RAMALHO, Ednilson (org.). **Fórum Nacional Acadêmico (Anais)**. v. 9. Belém: Home Editora, 2026. p. 338-360. DOI: 10.46898/home.e86e9226b4a5.

RESUMO EXPANDIDO
Anais do Congresso Interdisciplinar Internacional – CONIÚNICA
08 a 11 de setembro. Híbrido, Ipatinga – MG
doi.org/10.53426/con.v5i0.006-007

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS POLÍTICOS, DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS: LIMITES DOGMÁTICOS E BALIZAS CONSTITUCIONAIS

JUDICIAL REVIEW OF POLITICAL ACTS, ADMINISTRATIVE DISCRETION AND PUBLIC POLICIES: DOGMATIC LIMITS AND CONSTITUTIONAL BOUNDARIES

CONTROL JUDICIAL DE LOS ACTOS POLÍTICOS, DISCRECIONALIDAD ADMINISTRATIVA Y POLÍTICAS PÚBLICAS: LÍMITES DOGMÁTICOS Y PAUTAS CONSTITUCIONALES

doi.org/10.53426/con.v5i0.006-007

LEANDRO XINGÓ TENÓRIO DE OLIVEIRA[1]; VINÍCIUS XINGÓ TENÓRIO DE OLIVEIRA [2];
[1] [Centro Universitário Única, Coronel Fabriciano/MG, leandroxingo@gmail.com]; [2] [Centro Universitário Única, Coronel Fabriciano/MG, viniciusxingo2@gmail.com];
Grupo de Trabalho: GT 7 – Direito, Políticas Públicas e Cidadania

RESUMO

O presente estudo analisa as fronteiras dogmáticas e as balizas constitucionais do controle jurisdicional incidente sobre atos políticos, a discricionariedade administrativa e a implementação de políticas públicas sociais no ordenamento jurídico brasileiro. O objetivo central consiste em delimitar a extensão do escrutínio judicial em face das escolhas de conveniência e oportunidade do administrador público, investigando a forma como os postulados da razoabilidade, da proporcionalidade e a garantia do mínimo existencial interagem harmonicamente com o princípio da separação dos Poderes e a cláusula da reserva do possível. Para tanto, adota-se o método dedutivo de abordagem, estruturado em procedimento analítico de levantamento bibliográfico qualitativo e exame documental de diplomas normativos e precedentes vinculantes dos tribunais superiores, em especial o Tema 698 da Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal. A investigação examina a conformação dos atos de governo dotados de assento constitucional direto e a dogmática da discricionariedade técnica, confrontando os influxos da principiologia substantiva com a imperiosa necessidade de deferência às capacidades institucionais dos órgãos estatais eleitos. Os principais resultados revelam que a ordem constitucional inaugurada em 1988 repele a existência de atos imunes ao controle de juridicidade, de modo que o princípio da inafastabilidade da jurisdição autoriza a intervenção estatal corretiva diante de omissões inconstitucionais ou deficiências graves na efetivação de direitos fundamentais sociais, mormente na área da saúde. Constata-se, contudo, que essa atuação judicial não autoriza a substituição ordinária da valoração administrativa nem a escolha discricionária dos meios executivos, sob pena de desorganização orçamentária e esvaziamento das competências técnicas do Poder Executivo. Conclui-se que o controle legítimo de políticas públicas exige postura de autocontenção judicial, estrita incidência do pragmatismo e do consequencialismo decisório previstos nos artigos 20 a 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e priorização de provimentos dialógicos ou estruturais, preservando a autonomia da Administração Pública para formular e apresentar os planos, cronogramas e meios adequados à concretização das metas estabelecidas pela decisão judicial.

Palavras-chave: Separação dos Poderes; Discricionariedade Administrativa; Controle Judicial; Políticas Públicas; Mínimo Existencial.

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido analisa o trabalho científico intitulado **"Controle Judicial dos Atos Políticos, Discricionariedade Administrativa e Políticas Públicas: Limites Dogmáticos e Balizas Constitucionais"**. O debate central estrutura-se na definição das fronteiras de controle dos atos emanados pelos Poderes de Estado no Direito Público contemporâneo, com enfoque no exercício de competências constitucionais primárias (atos políticos) e na conformação discricionária de políticas públicas de cunho social.

Conforme a doutrina administrativista de Hely Lopes Meirelles e José dos Santos Carvalho Filho, os atos políticos ou de governo possuem assento constitucional direto, caracterizando-se pela ampla liberdade de valoração quanto à conveniência e oportunidade na condução superior dos negócios estatais, a exemplo da concessão de indulto presidencial, deliberação sobre o trânsito de forças estrangeiras e autorização para ausência do Chefe do Executivo pelo Congresso Nacional.

A ordem jurídico-constitucional inaugurada em 1988 não consagra zonas imunes à juridicidade ou à fiscalização estatal. O art. 2º da Carta da República estabelece a **independência e harmonia entre os Poderes**, consagrando o sistema de freios e contrapesos destinado a coibir abusos. Entretanto, a aplicação indiscriminada de conceitos abertos e princípios como razoabilidade e proporcionalidade tem gerado incursões indevidas do Poder Judiciário no mérito administrativo e na alocação de receitas públicas.

Nesse panorama, o problema central de pesquisa investiga os **limites dogmáticos do controle jurisdicional sobre atos discricionários e políticos**, perquirindo em que medida a razoabilidade e a proporcionalidade autorizam a intervenção em políticas públicas sem esvaziar a separação dos Poderes. A análise sustenta que o controle judicial não autoriza a substituição ordinária das escolhas de conveniência e oportunidade da Administração, embora admita intervenção diante de ausência ou deficiência grave na concretização de direitos fundamentais, preservando-se, como regra, a escolha administrativa dos meios adequados à implementação da política pública (BRASIL, 2023; ROMA, 2025).

METODOLOGIA

A pesquisa fundamenta-se no **método dedutivo de abordagem**, com procedimento analítico alicerçado em levantamento bibliográfico qualitativo e exame documental de diplomas normativos e acórdãos judiciais. No exame jurisprudencial, foram selecionados precedentes diretamente relacionados ao controle judicial de políticas públicas e à concretização de direitos sociais, com ênfase no RE 684.612/RJ (Tema 698/STF).

O percurso investigativo desenvolve-se a partir da revisão dogmática das noções de mérito e discricionariedade administrativa, avançando para o cotejo analítico entre a teoria dos direitos fundamentais, o mínimo existencial e a reserva do possível, finalizando com a formulação de parâmetros de autocontenção e consequencialismo decisório.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A distinção entre ato vinculado e ato discricionário é basilar: enquanto no ato vinculado a lei delimita exaustivamente a conduta, no ato discricionário confere-se margem de opção quanto ao **motivo e objeto**, elementos que configuram o **mérito administrativo**. Essa margem de apreciação legítima decorre da capacidade institucional e da representatividade democrática dos Poderes Executivo e Legislativo.

A doutrina de Agustín Gordillo ressalta que a discricionariedade não equivale a arbítrio e encontra balizas na razoabilidade e na conformidade estrita com a finalidade pública, exigindo fundamentação idônea e respeito à realidade fática dos autos.

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

Os princípios da **razoabilidade** (de origem anglo-saxônica, vinculada ao devido processo legal substantivo e à vedação de excessos) e da **proporcionalidade** (desenvolvida pela doutrina alemã, desdobrada nos subprincípios da adequação, necessidade e proporcionalidade em sentido estrito) operam como vetores de controle de juridicidade, afastando arbitrariedades sem permitir a substituição da valoração administrativa pelo arbítrio judicial.

No tocante às políticas públicas sociais (art. 6º da Constituição Federal), a efetivação de direitos como a saúde (art. 196 da CF) depende de prévia previsão orçamentária e planejamento técnico, conforme aponta Maria Sylvia Zanella Di Pietro. A tensão dialética entre o **mínimo existencial** (núcleo essencial intangível para uma existência digna) e a **cláusula da reserva do possível** (dimensões fática de escassez e jurídica de responsabilidade fiscal) impõe prudência na intervenção judicial. Decisões judiciais individuais desprovidas de critérios técnicos desestruturam o orçamento público e prejudicam a coletividade.

No **Tema 698**, o STF reconheceu a legitimidade da intervenção judicial diante de ausência ou deficiência grave na prestação de direitos fundamentais, mas estabeleceu que a decisão deve, como regra, indicar as finalidades a serem alcançadas e permitir que a Administração apresente o plano ou os meios adequados para sua consecução. Roma (2025) identifica nesse precedente uma intervenção condicionada, que preserva espaço decisório da Administração e restringe a imposição judicial de medidas pontuais.

Para solucionar essas tensões e conciliar a inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, da CF) com a autonomia administrativa, o estudo sistematiza balizas dogmáticas essenciais para a atuação jurisdicional:

a) **Controle de juridicidade estrita**: limitação da cognição judicial à análise da competência formal, forma e devido processo, vedado o reexame fundado em escolhas de conveniência política ou divergências ideológicas;

b) **Idoneidade da motivação e teoria dos motivos determinantes**: invalidação restrita aos atos fundados em premissas fáticas falsas, inexistentes ou eivados de desvio de finalidade pública;

c) **Proporcionalidade e razoabilidade como limites de excesso**: intervenção restrita à coibição de medidas manifestamente desproporcionais ou desprovidas de racionalidade;

d) **Pragmatismo e consequencialismo decisório**: incidência dos artigos 20, 21 e 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), exigindo a consideração prévia dos impactos orçamentários, das alternativas práticas e dos obstáculos reais do gestor público;

e) **Prevalência de remédios estruturais e diálogo institucional**: priorização de planos de ação concertados, audiências públicas e medidas dialógicas em casos de omissões sistêmicas, preservando a competência técnica do Executivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo conclui que o Estado Democrático de Direito repele a existência de atos imunes à Constituição, submetendo tanto os atos discricionários quanto os atos políticos ao escrutínio da juridicidade e dos direitos fundamentais.

Assim, a intervenção judicial mostra-se legítima diante de omissões ou deficiências graves na concretização de direitos fundamentais, desde que não converta a jurisdição em administração substitutiva e preserve, tanto quanto possível, a escolha administrativa dos meios de implementação.

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

REFERÊNCIAS

AMARAL, Renata Rocha; RAFAEL, Clélio Rodrigo Paiva; FONSECA, Ronald Assis; SOUZA, Gessymar Nazaré Silva; MOREIRA, Bárbara Sampaio Lage; RESENDE, Elionay Loren; PEREIRA, Márcia Meryllis Alves; CAMPOS, Vivian. Planejamento, logística e aceitação social na implantação de biodigestores em comunidades rurais. **ARACÊ**, v. 7, n. 9, e8564, 2025. DOI: 10.56238/arev7n9-306.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 set. 2026.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm. Acesso em: 04 set. 2026.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário nº 684.612/RJ. Tema 698 da Repercussão Geral. Relator: Ministro Ricardo Lewandowski. Redator para o acórdão: Ministro Luís Roberto Barroso. Tribunal Pleno. Julgado em: 03 jul. 2023. DJe: 07 ago. 2023.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 36. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 35. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

GORDILLO, Agustín. Tratado de Derecho Administrativo: La defensa del usuario y del ciudadano. 10. ed. Buenos Aires: Fundación de Derecho Administrativo, 2013.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo** Brasileiro. 44. ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

RAFAEL, Clélio Rodrigo Paiva; RAFAEL, Candyce Mabelle Paiva; SANTOS, Eric Malveira dos; MARRA, Verônica Senna. Integração multidisciplinar na Atenção Primária à Saúde: desafios e perspectivas dos agentes de saúde no programa saúde com agente. **RENOTE**, v. 22, n. 2, p. 553–560, 2024. DOI: 10.22456/1679-1916.142612.

ROMA, Zillá Oliva. Considerações sobre o Tema 698 do STF: a mitigada e condicionada intervenção jurisdicional em políticas públicas. Revista Jurídica **Gralha Azul** – TJPR, v. 1, n. 25, p. 143–154, 2025. DOI: 10.62248/ncd63f84.

RESUMO EXPANDIDO
Anais do Congresso Interdisciplinar Internacional – CONIÚNICA
08 a 11 de setembro. Híbrido, Ipatinga – MG
doi.org/10.53426/con.v5i0.006-007

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

FEMINICÍDIO E VIOLÊNCIA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DE CASOS NOTICIADOS PELO PORTAL G1 EM 2025

FEMICIDE AND GENDER-BASED VIOLENCE: A DOCUMENTARY ANALYSIS OF CASES REPORTED BY THE G1 NEWS PORTAL IN 2025

FEMINICIDIO Y VIOLENCIA DE GÉNERO: UN ANÁLISIS DOCUMENTAL DE CASOS REPORTADOS POR EL PORTAL DE NOTICIAS G1 EN 2025

doi.org/10.53426/con.v5i0.006-007

[Ariele França de Melo][1]; [Maria Eduarda Evangelista da Silva][2]; [Laysa Lima Liesner][3] ; [Luísa Resende Braga Carvalho][4]; [Karen Luiza Batista da Costa][5]
[1] [Centro Universitário Única - UNIÚNICA, Apodi-RN, arieless.19@gmail.com]; [2] [Centro Universitário Única – UNIÚNICA, Ipatinga- MG, mariaeduardaevangelista18@gmail.com]; [3] [Centro Universitário Única – UNIÚNICA, Ipatinga- MG lliesner07@gmail.com]; [4] [Centro Universitário Única – UNIÚNICA, Ipatinga- MG, luisaresendecarvalhoadv@gmail.com]; [5] [Centro Universitário Única – UNIÚNICA, Macaé/RJ, karen.costa@rocketmail.com].
Grupo de Trabalho: GT 7 – Direito, Políticas Públicas e Cidadania

RESUMO

A violência contra a mulher constitui expressão das desigualdades de gênero e, em sua manifestação mais extrema, apresenta-se como feminicídio, relacionado a relações de poder e dominação. Embora avanços legislativos tenham contribuído para o reconhecimento e enfrentamento da violência de gênero, sua permanência evidencia a necessidade de compreender não apenas a ocorrência dos crimes, mas também suas formas de representação social. Nesse contexto, a cobertura jornalística assume relevância por participar da produção e circulação de sentidos sobre a violência contra as mulheres. Diante disso, este estudo teve como objetivo analisar casos de feminicídio e tentativas de feminicídio noticiados pelo portal G1 em 2025. Trata-se de pesquisa qualitativa, baseada em análise documental de 36 reportagens, selecionadas intencionalmente, com três casos por mês. A seleção considerou reportagens com informações suficientes e maior densidade informacional para caracterizar os casos e analisar elementos relacionados às relações entre vítimas e agressores, circunstâncias da violência, antecedentes e formas de apresentação jornalística. Os dados foram organizados em planilha eletrônica e analisados por leitura sistemática e interpretação qualitativa, considerando características dos casos e das narrativas jornalísticas e suas relações com gênero e estrutura patriarcal. Os achados evidenciaram predominância de feminicídios consumados (77,8%) e de vínculos de parceria íntima, atual ou anterior, entre vítimas e agressores (83,3%). O ciúme ou a não aceitação do término foi a motivação atribuída com maior recorrência (52,8%), enquanto histórico de violência prévia foi mencionado em 50% dos casos. Identificaram-se, ainda, limites na cobertura jornalística, especialmente pela menor contextualização das trajetórias de violência e pela reduzida presença de informações sobre raça/cor das vítimas, registrada em apenas 30,6% das reportagens. Conclui-se que, no corpus analisado, o feminicídio se apresenta relacionado a trajetórias de violência atravessadas por relações de poder e dominação, enquanto sua representação jornalística tende a conferir maior visibilidade ao acontecimento criminal imediato, limitando a compreensão de sua complexidade social estrutural.

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

Palavras-chave: violência contra a mulher; feminicídio; relações patriarcais de gênero; cobertura jornalística.

INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher constitui um fenômeno social persistente e, em sua manifestação mais extrema, o feminicídio expressa relações de poder e dominação historicamente constituídas e vinculadas à estrutura patriarcal (Saffioti, 2015). Embora o enfrentamento dessa violência tenha avançado no ordenamento jurídico brasileiro, com a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), a Lei nº 13.104/2015, que reconheceu o feminicídio como circunstância qualificadora do homicídio, e a Lei nº 14.994/2024, que o tornou crime autônomo, sua permanência evidencia a complexidade do fenômeno e a necessidade de compreendê-lo para além de episódios isolados ou condutas individuais.

Diante deste cenário, entende-se que a seleção e a forma de apresentação das informações jornalísticas influenciam os sentidos atribuídos socialmente a esses acontecimentos. Assim, a análise dessa cobertura mostra-se relevante, portanto, por possibilitar a reflexão sobre como situações de violência são enquadradas e quais dimensões das trajetórias das vítimas ganham ou deixam de ganhar visibilidade, contribuindo para o debate científico e social sobre a violência de gênero. Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar casos de feminicídio e tentativas de feminicídio noticiados pelo portal G1 em 2025, delimitando-se à pesquisa de casos noticiados entre janeiro e dezembro.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo qualitativo, baseado em análise documental, tendo como material de pesquisa reportagens publicadas pelo portal G1 entre janeiro e dezembro de 2025 sobre casos de feminicídio consumado e tentativa de feminicídio ocorridos no Brasil. A coleta foi realizada por meio de busca sistemática no portal, utilizando os termos “feminicídio” e “tentativa de feminicídio”.

Para a composição do corpus, foram consideradas reportagens referentes a casos de feminicídio consumado ou tentativa de feminicídio ocorridos no Brasil durante o período delimitado, que apresentassem informações suficientes para a caracterização dos casos e permitissem identificar, ainda que parcialmente, aspectos relacionados à relação entre vítima e agressor, às circunstâncias da violência, a possíveis antecedentes e à dinâmica do acontecimento. Foram excluídas publicações duplicadas referentes ao mesmo caso, reportagens que não correspondiam ao recorte temporal ou territorial estabelecido e aquelas cujo conteúdo apresentava informações insuficientes para a análise proposta.

Considerando a quantidade de publicações disponíveis e a necessidade de assegurar a distribuição temporal do corpus, adotou-se como critério de composição a seleção intencional de três casos por mês, totalizando 36 casos no período analisado. Quando havia mais de três reportagens elegíveis em determinado mês, a seleção considerou, de forma hierarquizada, a suficiência das informações apresentadas, a diversidade das circunstâncias descritas e a possibilidade de caracterização das relações entre vítimas e agressores. A escolha dos casos não teve como objetivo representar estatisticamente todos os feminicídios ocorridos no país, mas reunir um conjunto de reportagens que contemplasse diferentes ocorrências distribuídas ao longo de todo o período analisado.

Para fins de organização e classificação, os casos foram inicialmente identificados segundo o tipo de ocorrência feminicídio consumado ou tentativa de feminicídio e, posteriormente, sistematizados de acordo com informações presentes nas reportagens, tais como relação entre vítima e agressor, circunstâncias do crime, ocorrência de antecedentes de violência e forma de apresentação

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

do acontecimento pelo veículo. Nos casos em que uma mesma ocorrência foi objeto de mais de uma publicação, considerou-se apenas uma reportagem, evitando duplicidade no corpus.

O corpus documental, composto pelas 36 reportagens selecionadas, com respectivas datas, títulos e URLs de acesso, encontra-se disponibilizado em documento complementar, indicado em nota de rodapé[0]. Os dados foram organizados em planilha eletrônica e submetidos à leitura sistemática e interpretação qualitativa, buscando identificar recorrências e padrões relacionados às características dos casos e às formas de apresentação da violência. Esses achados foram posteriormente articulados às contribuições de Saffioti (2015), especialmente no que se refere às relações de poder, à naturalização da violência e à estrutura patriarcal.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos 36 casos evidenciou predominância de feminicídios consumados (77,8%) e de vínculos de parceria íntima, atual ou anterior, entre vítimas e agressores (83,3%), sendo os ex-parceiros a categoria mais recorrente. No corpus analisado, portanto, a violência letal ou quase letal esteve frequentemente inserida em relações afetivas, aspecto que dialoga com Saffioti (2015), ao compreender as relações privadas como também atravessadas por relações de poder e dominação.

O ciúme ou a não aceitação do término foi a motivação atribuída pelas reportagens com maior recorrência (52,8%), enquanto histórico de violência prévia foi mencionado em 50% dos casos. Embora esses dados correspondam à forma como os crimes foram apresentados nas narrativas jornalísticas, sua recorrência evidencia situações relacionadas à ruptura de vínculos e a trajetórias anteriores de violência. À luz de Saffioti (2015), esses elementos permitem compreender o feminicídio como parte de processos de violência que podem se reproduzir e se intensificar nas relações de gênero, ultrapassando a compreensão do crime como acontecimento isolado.

Quanto à raça/cor das vítimas, essa informação foi apresentada em apenas 30,6% das reportagens analisadas. Embora esse dado não permita estabelecer relações causais ou inferir padrões sobre a realidade nacional, considerando o caráter intencional e não representativo da amostra, sua baixa ocorrência constitui um achado da própria cobertura jornalística investigada. Essa lacuna ganha relevância diante das discussões de Trindade, Lago e Ferrari (2024), que evidenciam os atravessamentos de raça e classe na cobertura jornalística de feminicídios e as diferenças na visibilidade conferida às vítimas.

Ao analisar a forma como as reportagens apresentam as diferentes dimensões da violência contra a mulher, observou-se maior destaque para os aspectos físicos, diretamente relacionados ao feminicídio ou à sua tentativa. Elementos associados à violência psicológica, como ameaças, perseguição e controle, também foram identificados, embora com menor destaque, enquanto as dimensões moral e sexual foram pouco explicitadas. Esse resultado indica que o ato de violência física, por materializar o crime, recebe maior visibilidade do que outras formas de violência que podem anteceder ou acompanhar sua ocorrência.

Tal achado dialoga com Peixoto e Utsch (2019), que identificaram lacunas na contextualização jornalística do feminicídio, especialmente no que se refere à violência presente no cotidiano e às dimensões sociais que ultrapassam o acontecimento isolado. Também se aproxima de Natansohn e Brito (2019), cuja análise de 100 textos jornalísticos identificou diferentes enquadramentos na cobertura de feminicídios, evidenciando que as formas de seleção e apresentação

0 Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1MiwVUyF8hxu5yCZ-5w85838agJ1Zz-_Z/view?usp=drive_link. Links acessados em 06 de Outubro de 2026.

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

dos acontecimentos participam da construção dos sentidos atribuídos à violência. Nesse sentido, a cobertura jornalística não apenas informa sobre o acontecimento, mas também define quais aspectos das trajetórias de violência e das relações que as atravessam ganham visibilidade nas narrativas.

A partir desses achados, observa-se que os casos analisados estiveram frequentemente inseridos em relações de proximidade, situações de ruptura ou não aceitação do término e contextos anteriores de violência. Quando articulados às formas de apresentação identificadas nas reportagens, esses elementos permitem compreender que o feminicídio, no corpus analisado, não se apresenta apenas como um acontecimento criminal isolado, mas como parte de trajetórias de violência atravessadas por relações de poder e dominação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência contra a mulher, em sua expressão mais extrema, o feminicídio, constitui fenômeno atravessado por relações de poder e dominação, cuja compreensão ultrapassa o acontecimento criminal isolado. Nesse sentido, a análise dos casos de feminicídio e tentativas de feminicídio noticiados pelo G1 em 2025 evidenciou a predominância de vínculos de parceria íntima, a recorrência do ciúme ou da não aceitação do término e a presença de histórico de violência prévia, revelando trajetórias marcadas por relações de poder e dominação. Também foram identificados limites na cobertura jornalística, especialmente quanto à contextualização das diferentes dimensões da violência e à presença de informações sobre raça/cor das vítimas. Embora a seleção intencional de 36 casos limite a generalização dos achados, este estudo contribui para compreender o feminicídio para além do acontecimento criminal imediato, reforçando a importância da ampliação das análises sobre sua representação jornalística.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 27 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 27 ago. 2026.

BRASIL. Lei nº 14.994, de 9 de outubro de 2024. Torna o feminicídio crime autônomo e agrava sua pena. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14994.htm. Acesso em: 29 ago. 2026.

NATANSOHN, Leonor Graciela; BRITO, Juliana Lopes de. Feminicídio: a cobertura da Folha de S. Paulo a partir da Teoria do Enquadramento. **Pauta Geral – Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 70-89, 2019. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/14710. Acesso em: 27 ago. 2026.

PEIXOTO, Maria Cristina Leite; UTSCH, Raquel Salomão. Quando o feminicídio é pauta nos jornais. **Revista Ciência em Extensão**, v. 15, n. 3, p. 89-100, 2019. DOI: https://doi.org/10.23901/1679-4605.2019v15n3p89-100. Acesso em: 27 ago. 2026.

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

TRINDADE, Lorena de Andrade; LAGO, Cláudia; FERRARI, Maria Aparecida. Atravessamentos de raça e classe na cobertura de feminicídios na imprensa brasileira. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 27-39, 2024. DOI: https://doi.org/10.5007/1984-6924.2024.102046. Acesso em: 27 ago. 2026.

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, GÊNERO E REAPROVEITAMENTO DE ALIMENTOS: UMA EXPERIÊNCIA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

FOOD AND NUTRITIONAL INSECURITY, GENDER AND FOOD REUSE: AN UNDERGRADUATE RESEARCH EXPERIENCE

INSEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL, GÉNERO Y REUTILIZACIÓN DE ALIMENTOS: UNA EXPERIENCIA DE INICIACIÓN CIENTÍFICA

doi.org/10.53426/con.v5i0.006-007

[Ariele França de Melo][1]; [Verônica Aparecida Alves Silva][2]; [Sara Santos Dias][3] ; [Daniel Silva Fernandes][4]; [Emilly Victoria Gomes Fernandes][5]; [Welida Gabriela Barros Silva][6]

[1] Centro Universitário Única – UNIÚNICA, Apodi-RN, arieless.19@gmail.com; [2] Centro Universitário Única – UNIÚNICA, Belo Horizonte-MG, veronica.apalves@gmail.com; [3] Centro Universitário Única – UNIÚNICA, Ipatinga-MG, Saradias0@icloud.com; 4 Centro Universitário Única – UNIÚNICA, Brasília-DF, daniel.sfernandes90@gmail.com; 5 Centro Universitário Única – UNIÚNICA, Coronel Fabriciano-MG, emillyvicctoria2014@gmail.com; 6 Centro Universitário Única – UNIÚNICA, Santana do Paraíso-MG, welidagabriela123@gmail.com.

Grupo de Trabalho: GT 7 – Direito, Políticas Públicas e Cidadania

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo relatar uma experiência de iniciação científica, de abordagem qualitativa, desenvolvida ao longo de seis meses no Centro Universitário Única, tendo como eixo as relações entre insegurança alimentar e nutricional, gênero e reaproveitamento de alimentos. A experiência foi desenvolvida por meio de encontros periódicos de orientação, leitura, discussão, problematização e produção acadêmica, conduzidos de forma coletiva, possibilitando o aprofundamento das questões discutidas e a construção de diferentes desdobramentos ao longo do percurso. As discussões e produções resultantes das atividades constituíram o material de análise deste relato, sendo examinadas de forma temática e interpretativa, considerando os principais temas, articulações e aprendizagens evidenciados durante a experiência. Os resultados evidenciaram que a insegurança alimentar e nutricional ultrapassa a ausência de alimentos e é intensificada por desigualdades estruturais, especialmente de gênero e raça, que interferem nas condições de acesso a uma alimentação adequada e segura. As discussões permitiram compreender que essas desigualdades incidem de maneira particular sobre as mulheres, que frequentemente assumem responsabilidades pela aquisição, preparação e administração dos alimentos no âmbito familiar, inclusive em contextos de escassez econômica. Destacou-se, ainda, o reaproveitamento de alimentos como prática que ultrapassa as dimensões da sustentabilidade e da redução do desperdício, assumindo também dimensão econômica e social diante da limitação de recursos e das situações de escassez. Nesse sentido, a experiência possibilitou problematizar o reaproveitamento como estratégia mobilizada diante das necessidades alimentares, sem atribuir às famílias a responsabilidade pela superação da pobreza ou da insegurança alimentar, uma vez que tais práticas não substituem políticas públicas de proteção social e de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada. Por fim, a experiência

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

favoreceu a formação crítica dos estudantes, por meio de debates, problematizações e construções coletivas, contribuindo para uma compreensão mais articulada da insegurança alimentar e nutricional e de suas múltiplas determinações na realidade brasileira.
Palavras-chave: Insegurança alimentar e nutricional; Desigualdades estruturais; Reaproveitamento de alimentos; Iniciação científica.

INTRODUÇÃO

A insegurança alimentar e nutricional constitui expressão das desigualdades sociais e desafio à efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada. No Brasil, a Lei nº 11.346/2006 estabelece a alimentação adequada como direito fundamental e define a Segurança Alimentar e Nutricional como a garantia de acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais, atribuindo ao poder público a responsabilidade pela garantia desse direito (Brasil, 2006). Sua compreensão requer considerar as condições sociais, econômicas e políticas que interferem no acesso à alimentação, bem como as desigualdades estruturais de gênero e raça que a atravessam.

Soma-se a esse debate a dimensão das práticas cotidianas de utilização e administração dos alimentos e recursos disponíveis. O Guia Alimentar para a População Brasileira valoriza o planejamento e o desenvolvimento de habilidades culinárias, considerando a influência de condições como renda, tempo e acesso aos alimentos sobre as práticas alimentares (Brasil, 2014). Nesse contexto, o reaproveitamento pode contribuir para reduzir o desperdício e, em situações de vulnerabilidade socioeconômica, assumir dimensão econômica ao ampliar o rendimento dos alimentos e possibilitar a administração de recursos limitados diante da escassez.

A partir dessas questões, desenvolveu-se uma experiência de iniciação científica ao longo de seis meses, por meio de encontros de orientação, leituras, discussões, problematizações e reflexões sobre insegurança alimentar, gênero, raça e o reaproveitamento de alimentos. Este trabalho teve como objetivo relatar essa experiência, destacando seus principais achados e contribuições para a compreensão da temática.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa, desenvolvido entre abril e setembro de 2026, no Centro Universitário Única, com a participação de seis estudantes integrantes do projeto de iniciação científica e da professora orientadora, totalizando sete participantes. A experiência compreendeu seis encontros síncronos, realizados mensalmente, complementados por atividades assíncronas de leitura, discussão, problematização e produção acadêmica. As atividades foram conduzidas coletivamente e constituíram o material de análise deste relato, examinado de forma temática e interpretativa, considerando os principais temas, articulações e aprendizagens evidenciados ao longo do percurso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O percurso desenvolvido ao longo dos seis meses possibilitou ampliar a compreensão da insegurança alimentar e nutricional a partir de diferentes dimensões da realidade social. As discussões construídas durante a experiência evidenciaram que a fome ultrapassa a ausência de alimentos e se intensifica quando associada a outras desigualdades estruturais, comprometendo o acesso regular e adequado à alimentação e, consequentemente, a dignidade humana de milhares de brasileiros e

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

brasileiras. Nesse contexto, o reaproveitamento de alimentos foi problematizado para além da sustentabilidade e da redução do desperdício, passando a ser compreendido também como uma prática mobilizada diante da limitação de recursos e das situações de escassez, evidenciando, ainda, os limites das políticas públicas na efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Um dos principais achados foi a compreensão de que a insegurança alimentar é vivenciada de maneira desigual, especialmente quando gênero e raça se articulam. Santos et al. (2022) demonstram a relação entre gênero e raça/cor na ocorrência da insegurança alimentar nos domicílios brasileiros, enquanto Silva et al. (2022) apontam maior ocorrência do fenômeno em domicílios chefiados por mulheres negras, revelando a interação entre racismo e sexismo. O diálogo com esses estudos possibilitou compreender que a maior exposição das mulheres à insegurança alimentar não decorre de uma condição individual, mas de desigualdades estruturais que atravessam renda, trabalho, autonomia e cuidado.

Nesse contexto, destacou-se o lugar das mulheres na organização cotidiana da alimentação. Além destas vivenciarem de forma diferenciada, em outras palavras, intensificada, os efeitos da insegurança alimentar, elas frequentemente assumem responsabilidades pela aquisição, preparação e administração dos alimentos no âmbito familiar, mesmo em momentos de escassez econômica. Essa realidade se articula à divisão desigual do trabalho doméstico, discutida por Picanço et al. (2024), evidenciando que administrar recursos insuficientes também integra o trabalho cotidiano de cuidado vivenciado por muitas brasileiras. Assim, as mulheres aqui foram compreendidas não apenas como sujeitos afetados pelas desigualdades, mas também como agentes que mobilizam estratégias diante das necessidades alimentares de seus familiares.

Nisto, o reaproveitamento de alimentos constituiu outro eixo relevante das discussões aqui construídas, uma vez que esta prática, inicialmente associada à sustentabilidade e à redução do desperdício, passou a ser compreendida também em sua dimensão econômica e social. Para famílias com menor capacidade de aquisição de alimentos, aproveitar partes que seriam descartadas, transformar sobras e ampliar o rendimento das preparações podem constituir estratégias diante da limitação de acesso a uma alimentação adequada.

Para além da dimensão econômica, essas práticas também podem assumir uma dimensão moral e de trabalho, na medida em que a necessidade de evitar o desperdício e ampliar o rendimento dos alimentos exige das mulheres esforço contínuo de organização e adequação das práticas culinárias diante das privações materiais (Venegas et al., 2024). Entretanto, reconhecer essas práticas não significa atribuir às famílias a responsabilidade pela superação da pobreza ou da insegurança alimentar, pois, em essência, estas são respostas a necessidades imediatas que não substituem políticas públicas de proteção social e de garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de iniciação científica possibilitou ampliar a compreensão da insegurança alimentar e nutricional para além da ausência de alimentos, evidenciando sua relação com desigualdades estruturais, especialmente de gênero e raça. As discussões permitiram reconhecer seus impactos particulares sobre as mulheres, que frequentemente assumem responsabilidades pela organização e administração dos alimentos no âmbito familiar, inclusive em contextos de escassez. O reaproveitamento foi analisado para além da sustentabilidade e da redução do desperdício, considerando suas dimensões econômica e social diante da limitação de recursos.

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

Embora constitua estratégia mobilizada diante da escassez, a naturalização do reaproveitamento como resposta às privações pode intensificar a sobrecarga feminina e evidencia a responsabilidade do Estado na efetivação de políticas públicas de proteção social, incluindo programas de transferência de renda, articuladas a ações de garantia da segurança alimentar e nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada (Palmeira; Bem-Lignani; Salles-Costa, 2022).

Por fim, a experiência demonstrou o potencial da iniciação científica como espaço de formação crítica e construção coletiva do conhecimento, favorecendo uma compreensão mais articulada da insegurança alimentar e de suas múltiplas determinações na realidade brasileira. As discussões apresentadas constituem parte das questões desenvolvidas ao longo da experiência, selecionadas em razão dos limites de extensão deste trabalho, não esgotando as reflexões e aprendizagens construídas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 28 ago. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf. Acesso em: 28 ago. 2026.

FONSECA, Ronald Assis; RAFAEL, Clélio Rodrigo Paiva; VICTOR, Emerson Francisco; SANTOS, Núbia Cristina Geraldo dos; OLIVEIRA, Amanda Xavier de; SILVA, Cleiciane Ferreira da. O uso do Mentimeter como metodologia ativa virtual no curso de Gestão Ambiental da Faculdade Única de Ipatinga. **Revista Multidisciplinar de Educação e Meio Ambiente**, v. 2, n. 4, p. 1–7, 2021. DOI: 10.51189/rema/1939.

PALMEIRA, P. A.; BEM-LIGNANI, J.; SALLES-COSTA, R. Acesso aos benefícios e programas governamentais e insegurança alimentar nas áreas rurais e urbanas do Nordeste brasileiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 7, p. 2583-2595, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/6XCb4yxQQd9PbJfRzRfbRcd/?lang=pt. Acesso em: 4 set. 2026.

PICANÇO, Felícia; COVRE-SUSSAI, Maira; SENTO-SÉ, Isadora Vianna; ARAÚJO, Clara. Sempre elas? Valores e divisão do trabalho doméstico em perspectiva comparada. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 54, e10796, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1980531410796.

SANTOS, Lissandra Amorim; FERREIRA, Aline Alves; PÉREZ-ESCAMILLA, Rafael; SABINO, Lia Lucia; OLIVEIRA, Livia Gomes de; SALLES-COSTA, Rosana. Interseções de gênero e raça/cor em insegurança alimentar nos domicílios das diferentes regiões do Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 11, e00130422, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311XPT130422.

SANTOS, Núbia Cristina Geraldo dos et al. Estufa escolar como laboratório vivo: estratégia para sensibilização e práticas sustentáveis. **Revista de Geopolítica**, v. 16, n. 4, e735, 2025. DOI: 10.56238/revgeov16n4-090.

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

SILVA, Silvana Oliveira da; SANTOS, Sandra Maria Chaves dos; GAMA, Cíntia Mendes; COUTINHO, Giselle Ramos; SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos; SILVA, Natanael de Jesus. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 7, e00255621, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/0102-311XPT255621.

SOUSA, Davi Sousa de; LIMA, Lieide Vidal de; FONSECA, Ronald Assis; RAFAEL, Clélio Rodrigo Paiva; REX, Franciel. Educação ambiental na aldeia indígena Ka'apor (Zé Gurupi): sensibilização e práticas sustentáveis. **JANUS.NET, e-journal of International Relations**, v. 17, n. 1, dossiê temático 2, 2026. DOI: 10.26619/1647-7251.DT0526.9.

VENEGAS, M. E. C.; OLIVEIRA-CARDOSO, É. A.; SANTOS, M. A. Insegurança alimentar, saúde e produção da vida: uma aproximação às práticas alimentares de mulheres de camadas populares à luz da antropologia da alimentação. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 33, n. 1, e220547pt, 2024. Disponível em: https://revistas.usp.br/sausoc/pt_BR/article/view/224928. Acesso em: 4 set. 2026.

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

RACISMO E LGBTFOBIA NAS REDES SOCIAIS: OS LIMITES DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO DIANTE DO DISCURSO DISCRIMINATÓRIO NO DIREITO BRASILEIRO

RACISM AND LGBT-PHOBIA ON SOCIAL MEDIA: THE LIMITS OF FREEDOM OF EXPRESSION IN THE FACE OF DISCRIMINATORY SPEECH UNDER BRAZILIAN LAW

RACISMO Y LGBTFOBIA EN LAS REDES SOCIALES: LOS LÍMITES DE LA LIBERTAD DE EXPRESIÓN FRENTE AL DISCURSO DISCRIMINATORIO EN EL DERECHO BRASILEÑO

doi.org/10.53426/con.v5i0.006-007

Edelvan Junior Silva Cerqueira[1]; Lunna Crislayne Isaias Scorzo[2]; Rhariely Regina Gomes Oliveira[3].
[1] Única, Ipatinga-MG, e-mail: edelvan.cerqueira@hotmail.com; [2] Única, Ipatinga-MG, e-mail: scorzojoao2018@gmail.com; [3] Única, Ipatinga-MG, e-mail: reginarhariely@gmail.com.
Grupo de Trabalho: GT 7 – Direito, Políticas Públicas e Cidadania

RESUMO

A expansão das redes sociais amplia as possibilidades de manifestação do pensamento e de participação no debate público, mas também favorece a circulação de conteúdos discriminatórios, especialmente aqueles relacionados ao racismo e à LGBTfobia. Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar os limites jurídicos da liberdade de expressão diante de manifestações racistas e LGBTfóbicas nas redes sociais, buscando compreender os critérios que permitem diferenciar o exercício legítimo desse direito fundamental do discurso discriminatório. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório, bibliográfico e documental, mediante análise de artigos científicos, da legislação brasileira e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal relacionada à liberdade de expressão, ao racismo, à LGBTfobia e ao ambiente digital. A análise dos resultados demonstra que a liberdade de expressão possui ampla proteção constitucional, mas encontra limites diante da necessidade de proteção de outros direitos fundamentais, especialmente a dignidade da pessoa humana, a igualdade e a proteção contra a discriminação. Verifica-se que o caráter ofensivo, controverso ou desagradável de uma manifestação não é suficiente, isoladamente, para caracterizar discurso discriminatório. Para essa identificação, considera-se necessário observar o conteúdo, o contexto, o grupo atingido, o sentido discriminatório, o potencial de dano e a eventual indução ou incitação ao preconceito, à hostilidade ou à violência. No ambiente das redes sociais, observa-se ainda que o alcance, a velocidade de circulação e o compartilhamento de publicações podem ampliar os efeitos de manifestações discriminatórias. Em relação à LGBTfobia, destaca-se a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que reconhece a aplicação da legislação referente ao racismo às condutas homofóbicas e transfóbicas enquanto persistir a ausência de legislação específica. A pesquisa também evidencia a relevância das plataformas digitais no enfrentamento de conteúdos discriminatórios, considerando o alcance e a circulação dessas manifestações no ambiente digital. Conclui-se que a liberdade de expressão permanece essencial à sociedade democrática, mas não pode servir como justificativa para a prática de discriminação. Sua proteção exige análise do conteúdo e do contexto de cada manifestação, especialmente quando houver possível violação de direitos em razão de raça, orientação sexual ou identidade de gênero.

Palavras-chave: Liberdade de expressão; Racismo; LGBTfobia; Redes sociais; Discurso discriminatório.

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Brasília, DF: Presidência da República, 1989.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão ADO 26/DF. Relator: Min. Celso de Mello. Tribunal Pleno. Julgamento concluído em 13 jun. 2019.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Mandado de Injunção MI 4.733/DF. Relator: Min. Edson Fachin. Tribunal Pleno. Julgamento concluído em 13 jun. 2019.

BRITO, Rafael Giordano Gonçalves; MELO, José Wilson Rodrigues de. R@cismo.com: discurso do ódio nas redes sociais. Revista ESMAT, v. 12, n. 20, p. 50-63, 2020. DOI: 10.34060/reesmat.v12i20.382.

FABRIZ, Daury Cesar; MENDONÇA, Gabriel Heringer de. O papel das plataformas de redes sociais diante do dever de combater o discurso de ódio no Brasil. Revista da Faculdade de Direito UFPR, Curitiba, v. 67, n. 1, p. 127-149, 2022. DOI: 10.5380/rfdufpr.v67i1.83904.

SILVA, Júlio César Casarin Barroso. Liberdade de expressão e expressões de ódio. Revista Direito GV, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 37-64, jan./jun. 2015. DOI: 10.1590/1808-2432201503.